

Acta nº 2/2004

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício económico de 2003;
4. Proposta de fixação, para o ano de 2004, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b), do nº 2, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os senhores Angélica Rosa Alves Lima Andrade, Nuno Duarte Moreira Justo, António José Silva Carvalho, António Duarte Morais Baptista dos Santos, Manuel Dias Baptista, José Domingos Silva Ferrage e António Gregório Azevedo Dias.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão do dia 13 de Fevereiro de 2004 os senhores António Alves Ferreira, Alberto Martins Fernandes, João Moura Rodrigues e Manuel Lopes Júnior.

Não justificaram as faltas à sessão do dia 13 de Fevereiro de 2004 os senhores Nuno Duarte Miranda Justo, António José Silva Carvalho, António Carvalho Azevedo, José Domingos Silva Ferrage e António Gregório Azevedo Dias.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração, não tendo havido intervenções. Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com três abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Alberto Martins, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, José Manuel, Amadeu Fortunas, António Araújo, Jorge Fernandes, Ricardo Moura, Luís Carril, Silvino Flores e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais felicitou o Senhor Presidente da Assembleia que, após alguma relutância, aceitou fazer as gravações das Assembleias Municipais o que trará maior rigor àquilo que se passa nas sessões e será uma grande ajuda para as secretárias que nem sempre transcrevem com rigor aquilo que se passa. Disse que irão passar-se alguns acontecimentos a nível da Europa que irão influenciar Montalegre, através da

constituição das comunidades urbanas e, pelo que tem acompanhado pelos jornais, pensa que é uma decisão irreversível. É necessário olhar para o presente com infra-estruturas mais ousadas e investimentos virados para as populações. Sobre a visita a Montalegre do Senhor Primeiro Ministro, no passado dia 20 de Março, congratulou-se com a sua vinda e pudemos ouvi-lo a anunciar algumas medidas para Montalegre, nomeadamente a estrada 103. Referiu ainda que a Europa, a partir do dia 1 de Maio, irá ter uma nova realidade com o alargamento a mais dez países. Portugal irá competir com países menos desenvolvidos a nível económico, mas mais desenvolvidos a nível educacional e cultural e isso vai exigir muito mais esforço a Portugal para que não se perca o comboio do desenvolvimento.

O deputado Alberto Martins proferiu a seguinte intervenção, que entregou à Mesa:

“Passaram trinta anos sobre o 25 de Abril.

A Câmara e a Assembleia Municipal fizeram uma homenagem justa e digna aos falecidos na Guerra do Ultramar, do nosso concelho.

Na sessão solene que aqui se realizou, falaram os representantes de todos os partidos, aqui representados. Foi para isto, que também se fez a Revolução dos Cravos, dar voz a todos.

Nesse mesmo dia e ainda integrados, no espírito de Abril, de mais justiça social, foram anunciadas várias medidas, pelo Presidente da Câmara de apoio às camadas mais desfavorecidas do concelho, que passo a citar:

1. Reforço de verbas para habitação social individual, direccionando esse apoio prioritariamente para carênciados mais idosos;
2. Construção de um prédio para habitação social, com o projecto a lançar de imediato, com verbas do legado Albino Fidalgo, à semelhança do que se está a construir em Montalegre, na vila de Salto;
3. Apoiar e articular com a Misericórdia de Montalegre o apoio domiciliário a idosos carênciados na zona de Montalegre e aldeias limítrofes, comprometendo o Governo nessa tarefa;
4. Solicitar ao Governo, mais uma vez, a aprovação do projecto do Lar de Idosos de Cabril e do apoio domiciliário para Viade e Paredes do Rio;
5. Reduzir em 50% as tarifas de água, saneamento e lixo para os idosos mais carênciados;
6. Articular com o Centro de Saúde, a Misericórdia de Montalegre, a Associação Borda D'Água e o Governo, a criação de duas unidades de Posto móvel de cuidados de saúde;
7. Financiamento de despesas de medicamentos para idosos carênciados.

Todos os membros desta Assembleia devem ficar satisfeitos, por a implementação, destas medidas, no nosso concelho, que, sobretudo, os mais necessitados, possam ter uma vida melhor.

Quero aqui salientar o início da construção social em Salto na base do legado Albino Fidalgo, que virá ajudar a resolver o problema de habitação dos casais jovens e desfavorecidos do Baixo Barroso.

Só espero é que estas medidas “se sintam” o mais rápido possível.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que, no passado mês de Março, reuniu a Assembleia de Accionistas do Matadouro para rectificar a deliberação do aumento de capital e passou-se um mês e nada foi dito e é um dever rectificar esse aumento de capital. Sobre a aposta que a Câmara fez na habitação social, congratulou-se mas às vezes esquecemo-nos que, nesse campo, com poucos recursos pode-se fazer muito. Referiu que a Câmara deve usar do direito de preferência sobre os imóveis porque foram vendidos dois apartamentos da Caixa Geral de Depósitos por 19 mil contos. Tendo em conta o preço a que corre a habitação em Montalegre, esta quantia é irrisória. Disse ainda que algumas empresas não apresentaram as suas contas, como, por exemplo, a EHATB, a PESL, etc.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que valeram a pena os 30 anos do 25 de Abril para se modernizar a Assembleia. Disse que a estrada de Paradela deve ser reparada porque está em constante degradação. Sabe que a Câmara está a fazer um estudo para um polidesportivo em Ferral. Pensa que se deve ponderar bem porque existe um ringue em Vila Nova que deve ser aproveitado e ficava uma obra bem feita. Não se justificam dois polidesportivos numa freguesia onde há pouca gente a praticar desporto.

O deputado António Ferreira disse que ouviu dizer que os responsáveis pela acta nem sempre transcrevem com rigor aquilo que se passa nas sessões. Referiu que nas suas intervenções sempre traduzem com rigor aquilo que tem dito. Falou da Feira do Cabrito e disse que este ano se notaram alterações positivas, com mais gente, e notou-se uma melhor preparação. Na opinião de algumas pessoas será para evoluir, o que traz mais desenvolvimento para Montalegre. Falou do Parque de Exposições e disse que já sabia que era uma grande obra, mas, com o desenrolar dos trabalhos, pensa que é a obra do século e que irá calar muita gente. Sobre as comemorações do 25 de Abril, sensibilizou-o particularmente a recepção, feita no átrio dos Paços do Concelho, aos ex-combatentes do Ultramar, porque só quem passou por lá é que sabe o que foi a Guerra Colonial. Para aqueles que tanto criticaram Mário Soares pela descolonização, pensa que não voltarão a falar tanto. Felicitou aquelas pessoas de partidos mais à direita, que usaram o símbolo do 25 de Abril, o cravo vermelho. Sobre a recolha de lixo no concelho, disse que era bom passar para a empresa RESAT porque o vandalismo é muito e também os cães espalham o lixo por todo o lado e a nova empresa, que vai fazer essa recolha, deve ter mais atenção durante os fins de semana. Por último, referindo-se à intervenção do deputado Acácio Gonçalves, na última sessão, sobre a legalização das cozinhas para o fumeiro, e em que referiu que Boticas estava à frente de Montalegre, exibiu um panfleto emitido pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, onde Montalegre tinha na ocasião 11 cozinhas aprovadas e em Boticas não existia nenhuma.

O deputado José Manuel Carvalho disse que os caminhos da sua freguesia estão uma lástima. Aproxima-se o Verão, que se prevê ser mais quente que o ano anterior, e por isso mais propício à deflagração de incêndios, e os carros dos bombeiros não conseguem lá chegar. Disse ainda que na estrada de Salto Paredes foram cortadas duas curvas, mas foi lá colocada uma gravilha que vai para a estrada e prejudica quem lá passa.

O deputado Amadeu Fortunas, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, prescindiu da palavra.

O deputado António Araújo deu os parabéns à Câmara pela forma como soube preparar a visita do Senhor Primeiro Ministro a Montalegre. Ouviu pessoas dos vários quadrantes a elogiar a forma como este foi recebido e também a forma como o Senhor Presidente da Câmara lhe colocou os vários problemas do concelho. Sobre as comemorações do 25 de Abril disse que a homenagem aos mortos no Ultramar foi merecida. Gostou de todas as intervenções dos líderes políticos. Disse ainda que em Montalegre o 25 de Abril comemora-se de forma exemplar e que nas próximas comemorações deviam convidar alguns políticos da ilha da Madeira.

O deputado Jorge Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que gostava de saber se a sua freguesia pode ou não contar com as máquinas que já solicitou várias vezes para fazer alguns trabalhos. Disse ainda que há um despacho conjunto do Ministério das Finanças e da Administração Interna em que se menciona outra designação jurídica às Juntas de Freguesia. Gostaria que alguém informasse os Presidentes de Junta sobre essa situação.

O deputado Ricardo Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Padornelos, deu os parabéns a todos os líderes políticos que falaram sobre o 25 de Abril. Deu também os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara que deixou toda a gente de boca aberta ao anunciar algumas medidas para o concelho, nomeadamente o apoio domiciliário aos idosos, já que são cada vez mais. Disse ainda que o líder do PSD ficou todo contente porque o Senhor Presidente da Câmara anunciou que o governo tinha “pago algumas verbas a Montalegre” mas que existem outros pagamentos que devem ser feitos nomeadamente aos pequenos empresários, e por isso pediu aos dirigentes do PSD de Montalegre que metessem uma “cunha” ao governo para desbloquear esses pagamentos.

O deputado Luís Carril congratulou-se pela forma como foi comemorado em Montalegre o 25 de Abril, mas fez questão de lembrar que Abril, para além de revolução, também é evolução. Perguntou quando iria ser lançado o concurso para o tapete da estrada de Salto- Linharelhos e qual o ponto de situação da obra. Disse que a Casa do Capitão é a obra da década porque já foi iniciada há mais de 10 anos. Perguntou para quando a sua conclusão. Sabe que esteve previsto um parque desportivo para Salto, mas ouviu dizer que esse projecto tinha sido abandonado. Perguntou qual o ponto de situação. Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por ter dado seguimento ao pedido que tinha feito por escrito sobre uma verba transferida para a junta de freguesia de Salto. Disse que muitas vezes não entende as repostas que o Senhor Presidente da Câmara dá às questões que lhe são colocadas. Relativamente a esta verba, tinha perguntado se seria para alguma obra em concreto ou se seria para dar seguimento a uma proposta do PSD, no sentido de se transferirem algumas verbas para as juntas, para auto- gestão.

O deputado Silvino Flores, Presidente da Junta de Freguesia de Serraquinhos, pediu que fosse feito o estradão de Solveira e a sinalização da estrada de Serraquinhos.

O deputado Paulo Cruz proferiu a seguinte intervenção:

“A Assembleia Municipal é o local para se fazer debate e crítica.

Normalmente ocorre a crítica da oposição ao poder.

Mas, neste caso, a crítica deve ser feita ao comportamento da oposição.

A limpeza da ETAR foi feita para não poluir e para evitar tanto cheiro à vizinhança, no Verão. Logo veio o PSD criticar, isto é, dizer mal e denegrir a nossa terra.

Então, não sabiam que esta ETAR não é boa? Que está em concurso outra por 200 mil contos?

Mas o PSD é assim, não tem propostas, nem ideias. Só sabe dizer mal.

Enquanto o Presidente estava na Madeira a defender os interesses do Concelho, onde o Primeiro Ministro anunciou publicamente a resolução da renda da EDP, o Vice-presidente estava na RTP a promover a gastronomia local, o PSD fazia o seu normal, propaganda negativa, o que lhe fica muito mal.

POR ÚLTIMO:

No deputado Luís Carril já lhe era reconhecida a queda para relatar, nos seus artigos, factos que só ele vê na Assembleia Municipal, com o intuito de satisfazer o seu ego, de se auto-promover;

Agora a faceta de “adivinho” é nova pois ir para o Jornal Povo de Barroso escrever que a ausência de alguns deputados do PS era sinal de desalento e de descontentamento da bancada socialista para com a Câmara é de todo infeliz, ridícula, prepotente e até falsa!

Será que o deputado, quando não veio às Sessões desta Assembleia, foi esse o Sentimento que o envolveu para com o seu partido? Se o foi, é pena! ...

Esse não foi o nosso sentimento, sabemos bem a nossa responsabilidade para com os Barrosões; Assim, estamos de acordo/empenhados e a grande maioria dos Barrosões também o está, com as políticas seguidas por esta Câmara.”

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados António Cascais, Luís Carril, Ricardo Moura e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais assegurou que não disse que os elementos que elaboram as actas não transcreviam o que se passa nas sessões, mas sim que não transcreviam com rigor. Sobre o 25 de Abril, disse que este não tem dono e não é de ninguém. Hoje já não se pode falar em reaccionários, nem em revolucionários. O PSD integra-se no espírito do 25 de Abril. Relativamente à intervenção do deputado Ricardo Moura, disse que não é Deus para proteger as pessoas, nem tem por hábito meter “cunhas” e aquilo a que as

peças têm direito não se agradece. Referiu ainda que o Partido Socialista encaminhou o país para uma situação sem saída e hoje ainda estamos a pagar os erros dessa gestão. Sobre as críticas que ultimamente foram feitas da bancada do PS de que o Governo não dava nada, não colheram frutos porque as verbas já começaram a chegar, embora nunca sejam demais.

O deputado Luís Carril ficou agradavelmente surpreendido aquando da visita do senhor Primeiro Ministro ao ouvir as verbas e as obras que foram atribuídas ao concelho de Montalegre e, como foi dado, ficou a sensação que foi pedido pouco. Perguntou se os presentes concordaram que se tivesse feito um buraco junto ao rio e a uma linha de água e se tivessem lá colocado as lamas da ETAR. Disse que o PSD não critica só por criticar mas, quando na Assembleia se perguntou ao Senhor Presidente da Câmara onde foram colocadas as lamas, foi respondido que não seriam para fazer hamburgers.

O deputado Ricardo Moura disse que só tinha dito a verdade e que o deputado António Cascais está no bom caminho, mas pensa que os pequenos investidores têm que ter mais apoio. Sobre a visita do Primeiro Ministro disse que nunca se tinha visto tanta gente do PS a receber um Primeiro Ministro de área política diferente e se este aceitou os pedidos foi porque já estavam feitos há muito tempo.

O deputado Paulo Cruz entregou à Mesa a seguinte intervenção:

“É uma novidade alguém escrever artigos nos jornais e não estar à espera que sejam lidos. Bem, é uma nova forma de estar na comunicação social.

Mas essa é a postura habitual que o Senhor deputado tem, a de fugir e de não dar a cara por aquilo que atira para o ar ...

Quanto às lamas, a questão que foi levantada na Assembleia Municipal não foi a que o Senhor deputado diz.

Só fizeram referência que queriam saber o seu paradeiro e nada mais.

Mas agora que sabem onde foram colocadas, também deveriam saber que estão sobre um dreno e que as suas escoaduras são filtradas através do mesmo, evitando assim a poluição do rio.

As lamas não provocaram nenhuma poluição no rio. Ou será que os Senhores deputados querem fazer crer que o rio só agora é que está a ser poluído?”

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção dando os parabéns à Sandra Gonçalves legítima e legal Presidente de Junta da Chã, que substituiu Manuel Duarte, que, por motivos profissionais, teve que suspender ao cargo. Falou nas portas e fechaduras das captações de água, que são constantemente vandalizadas nas aldeias. Pediu que os Presidentes de Junta tentassem averiguar quem é que comete tais actos e quais as motivações para se tentar resolver o problema. Sobre a criação das comunidades urbanas, também prestou alguns esclarecimentos, dizendo que o Concelho

de Montalegre, juntamente com os Municípios do Alto Tâmega, irá ser integrado na comunidade urbana de Trás-os-Montes. Pensa que, não sendo uma boa solução, é a possível. Havia a possibilidade de Montalegre pertencer ao Minho, com quem mantém relações económicas importantes, mas com Trás-os-Montes existem fortes relações culturais e outros interesses que se prendam com a possibilidade de acedermos no futuro mais fundos comunitários.

Ao deputado Alberto Martins disse que reforça a ideia da habitação social de que ele falou, porque não há desenvolvimento se não se olhar para o social. Disse que se sentia muito satisfeito por ter anunciado essas medidas num dia tão simbólico como é o 25 de Abril.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que tem confiança na gestão do Matadouro. Esclareceu que os problemas do Matadouro tiveram início logo no seu começo porque arrancou com uma dívida de 400 mil contos. Propôs chamar alguém da administração para prestar mais esclarecimentos. Sobre o direito de preferência, pensa que é uma medida que não funciona porque é muito difícil. Não se justifica a Câmara usar o direito de preferência sobre todos os imóveis que são vendidos só para acabar com a fraude fiscal. É que a Câmara não tem disponibilidade financeira imediata e o processo de aquisição é moroso e complicado.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que a ideia do Polidesportivo já tinha sido transmitida ao Senhor Presidente da Junta de Ferral, mas, como é uma freguesia muito dispersa, tem que se estudar melhor.

Ao deputado António Ferreira disse que o Festival Gastronómico do Cabrito não é para se comparar com a Feira do Fumeiro, mas está no bom caminho. Sobre o Parque de Exposições, disse que é uma grande obra e vai ser motivo de orgulho para todos os barrosões. É uma obra de referência, muito ampla e muito funcional. Sobre a recolha do lixo, disse que não sabe se irá melhorar ao passar para a empresa RESAT. Na Vila a recolha é feita ao sábado e o problema do lixo que às vezes aparece pelas ruas deve-se aos cães e também a alguns comerciantes que não cumprem.

Ao deputado José Manuel Carvalho disse que não é só com a limpeza dos caminhos que se combatem os fogos florestais. Contudo, essa limpeza cabe a quem recebe o dinheiro da venda dos pinheiros, não tendo sentido reclamar tudo à Câmara.

Ao deputado António Araújo agradeceu a intervenção que fez sobre a visita do Primeiro Ministro. Já ouviu dizer nesta sessão que tinha pedido pouco, mas já fica contente se aquilo que pediu for cumprido. Sobre a placa de homenagem aos mortos no Ultramar, disse que faltavam três nomes mas que serão colocados brevemente.

Ao deputado Jorge Fernandes disse que não basta vir à Câmara pedir as máquinas para elas aparecerem logo lá. O Concelho tem 135 aldeias e é necessário respeitá-las a todas. Sobre a questão jurídica que colocou, referente às autarquias, informou que à Câmara já foi atribuído outro número de contribuinte como Município de Montalegre. A Câmara é o órgão de gestão. Nas freguesias acontece o mesmo, as Juntas são o órgão de gestão e o número de contribuinte deve ser da freguesia.

Ao deputado Ricardo Moura disse que as verbas recebidas do Governo eram referentes ao INTERREG 2003, mas ainda estão por receber 60 mil contos, que estão integralmente pagos pela Câmara. Referiu ainda que não se pode falar em “cunhas”, deve-se é exigir o pagamento a que temos direito.

Ao deputado Luis Carril disse que o 25 de Abril foi uma revolução com a particularidade de não ter havido sangue. Explicou que o concurso da estrada de Salto a Linharelhos foi anulado, mas foi lançado novo concurso e as propostas irão ser abertas durante o mês de Maio. Sobre a Casa do Capitão, disse que é verdade que tem demorado, mas também não é uma obra prioritária. Informou que irá ser integrada no projecto do Ecomuseu. Relativamente ao parque desportivo de Salto, disse que a ideia inicial era aproveitar o campo de futebol, depois entendeu-se que deveria ser feito mais próximo da vila, agora surgem problemas com o preço dos terrenos e a Câmara não vai pagar 150 mil contos pelos terrenos para construção do campo. Disse ainda que não aceitava lições sobre a gestão autárquica e que lhe responderá quando fizer perguntas concretas. Se faz divagação política, tem a resposta... Referiu que a Câmara sempre fez transferências para as Juntas de Freguesia, mesmo sem protocolo, e isso tem a ver com as competências das Juntas.

Ao deputado Silvino Flores disse que o estradão de Solveira vai ser candidato ao Agris e, sobre a sinalização, disse que o concelho de Montalegre vai ser sinalizado em todos os cruzamentos com informação viária, turística e cultural.

Depois de ter respondido aos interpelantes, o Senhor Presidente da Câmara, sobre as intervenções do deputado António Cascais e sobre a má governação do governo, disse que este não tem feito cura nenhuma porque há cada vez mais desemprego. A cura que tem feito é para os mais ricos, como os bancos a quem deu mais lucros. A nível social o país está pior. Sobre a ETAR e as lamas, disse que não têm o perigo que se lhes atribui. Reforçou aquilo que disse o deputado Paulo Cruz: enquanto o Presidente da Câmara esteve na Madeira defender os interesses do concelho e o vereador Orlando na televisão a promover a gastronomia e a beleza paisagística, o PSD andou com a mexer na porcaria.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, Luís Carril, Acácio Gonçalves, Jorge Fernandes e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que pediu a palavra para apresentar esclarecimentos sobre a governação do país e de quem governou bem ou mal. Citou o Dr. Victor Constâncio, Governador do Banco de Portugal, que disse que se no período de expansão económica em 1999/ 2000 tivesse havido um maior controlo orçamental não teríamos chegado a este ponto. Disse também, há dias, numa entrevista, que há sinais de uma retoma económica ou, se quiserem, não afundamento das finanças. Sobre o funcionamento da ETAR, disse que essa referência tinha sido feita, não quando o Presidente da Câmara foi para a Madeira, mas sim quando meteu lá uma máquina e abriu um buraco para meter as lamas e sabe que isso irá poluir o rio. Disse ainda que a comunicação social é imparcial e que o Senhor Presidente da Câmara estranhou o facto de haver comunicação social a ouvir o PSD.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que gostou muito do que ouviu durante as comemorações do 25 de Abril sobre o apoio domiciliário e a ajuda para os

medicamentos aos idosos. Essas medidas faziam parte do programa eleitoral do PSD em 2001. Disse ainda que há um bloqueio que a Câmara está a fazer à Junta de Cervos e perguntou o que seria da Câmara se o Governo actual fizesse o mesmo tipo de bloqueio.

O deputado Luís Carril pediu para o Senhor Presidente não se esquecer que Abril é revolução, mas também evolução. Sobre a Casa do Capitão, disse que ficou admirado quando o Senhor Presidente disse que não é uma obra muito urgente, e não pode ser porque já dura há dez anos. Também ficou admirado quando ouviu dizer que não é a casa da cultura porque a população de Salto está a pensar que sim. Sobre o parque desportivo, concorda que os terrenos são caros, mas faz votos para que isso não seja impedimento para a construção do polidesportivo.

O deputado Acácio Gonçalves disse que ficava bem mandar um representante do Matadouro à Assembleia para explicar o que por lá se passa. Disse ainda que nada tem contra o comprador dos apartamentos da Caixa Geral de Depósitos, mas insurge-se contra o Estado por ter vendido um imóvel daqueles por 19 mil contos.

O deputado Jorge Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que falou sobre as questões jurídicas das juntas para que os seus presidentes agissem todos de igual forma. Disse que tem muita consideração pelo Senhor Presidente da Câmara, mas que não tem sentido essa consideração por parte dele.

O deputado Paulo Cruz entregou a seguinte intervenção:

“Sobre o Polidesportivo a fazer em Ferral, devo dizer que ele deve ser construído. Pois sendo eu um membro da JS, tenho conhecimento que essa é uma das maiores necessidades dos Jovens de Ferral. Este facto é fácil de comprovar.

Como já foi referido aqui, Ferral é uma localidade onde não se pratica muito desporto. Um dos objectivos para a construção de um Polidesportivo é precisamente contribuir e fomentar a prática desportiva nos Jovens”.

Findas as intervenções para esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que as lamas da ETAR não são um problema ambiental porque não chegam ao rio. Foram depositadas num terreno da Câmara. Há cheiros, mas não foi o Partido Socialista responsável pela localização da ETAR. Condenou o facto de o PSD ir para a comunicação social dizer que há problemas ambientais graves, o que não é verdade porque o nosso esgoto não tem poluentes químicos. Sobre a Casa do Capitão, disse que não é uma urgência, mas que toda a gente entendeu que não é uma urgência como é a estrada de Ferral ou a da Borralha e que não é um centro cultural, mas que irá ter outra dimensão mais importante e irá ser incluída no Ecomuseu. Disse ainda que o deputado Luís Carril quer continuar as lições de política, mas tem mais para receber do que para dar. Sobre a aquisição dos apartamentos da Caixa Geral de Depósitos, disse que o deputado Acácio Gonçalves tem razão em relação ao preço exercido mas se a Câmara comprasse aquele prédio teria que comprar outros e não tem capacidade financeira para tal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer toda a correspondência recebida, nomeadamente uma carta vinda do Partido Comunista Português sobre as especificidades das regiões de montanha e a política comunitária. Deu conhecimento da resolução final do XIV Congresso da ANMP. Finalmente, apresentou o relatório e contas referente ao ano de 2003 da empresa RESAT, que está à disposição.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e situação financeira da autarquia

O Senhor Presidente da Câmara, através de um relatório e outros documentos, apresentou a actividade e situação financeira da autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Rodrigues e José Miranda Alves.

O deputado José Rodrigues falou da criação das Comunidades Urbanas e disse, sobre a criação da Comunidade Urbana do Douro, o que o que não tem remédio, remediado está, apesar de estarem a exercer uma competência que a lei lhes atribui e os restantes municípios, como Montalegre, só têm que lamentar. Mas, já que esta comunidade está criada, defende e sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que Montalegre e os restantes Municípios do Alto Tâmega se unam numa só Comunidade Urbana porque pensa que, estrategicamente, ganha peso. Falou também nas NUT's e disse que o que interessa a Montalegre é estar incluído na NUT II, que é nessa base que são atribuídos os apoios comunitários, e interessa também a Montalegre ser considerada uma região de objectivo I, que são as regiões que têm um PIB per capita inferior a 75% da média. Explicou ainda que se Montalegre continuar a ser uma NUT II, que inclua todo o Douro, a região vai ser enriquecida estatisticamente e deixa de ser uma região de objectivo I, o que faz com que se perca muito dinheiro e, como os barrosões são cidadãos europeus com plenos direitos, têm que fazer valer esses direitos. Propõe por isso a criação da Comunidade Urbana do Alto Tâmega e que, juntamente com a Comunidade do Alto Trás-os-Montes e Alto Douro, seja criada uma associação de direito público para fazer valer os direitos fundamentais das regiões. Ainda sobre a regionalização, disse que o Senhor Presidente da Câmara nunca se manifestou e, a nível nacional, o Eng^o Guterres propôs a regionalização, mas nunca a defendeu, quando o devia ter feito porque foi lançada numa altura em que ele ainda tinha grande influência sobre a opinião pública. Sobre a cerimónia do 25 de Abril, disse que foi bonita e digna. O 25 de Abril não tem donos e se tem heróis, um deles foi Salgueiro Maia que esteve no terreno no momento certo e comportou-se à altura da situação. Mencionou outros nomes, como Mário Soares, que teve importância no pós 25 de Abril, Ramalho Eanes, na luta anti-comunista, e outras pessoas, sobretudo os militantes do PC que foram perseguidos e sofreram na pele as consequências do antigo regime. Os cravos são secundários, são o símbolo e, pessoalmente, não tem nada contra. Pensa que os objectivos do 25 de Abril, os 3 d's estão no bom caminho. A descolonização, bem ou mal, foi feita, a democracia está implementada e o desenvolvimento está a decorrer, por isso é que o 25 de Abril é também evolução.

O deputado José Miranda Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Ferral, disse que o deputado Domingos Vasconcelos falou na questão do polidesportivo de Vila Nova. Ele

informou que já por lá passou e já foram levantadas as necessidades, nomeadamente a construção de uma bancada. Referiu ainda que não tirará nenhuma influência ao polidesportivo de Ferral porque vai beneficiar os restantes lugares da freguesia e assim fica toda a população servida. Referiu ainda que na sua freguesia existem travessias de gado que deviam ser sinalizadas.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos intervenientes e disse que gostar do 25 de Abril é um sentimento que deve ser enaltecido e que é verdade que o 25 de Abril não tem dono, mas é também verdade que alguns gostam mais do 25 de Abril do que outros. Referiu que é de louvar falar no capitão Salgueiro Maia, que foi um homem de coragem, decisivo e competente para o desfecho e sucesso da revolução do 25 de Abril. Falou ainda das comunidades urbanas e disse que a comunidade do Alto Tâmega seria uma boa solução, em termos de funcionalidade mas poderia em termos de área, população, dimensão, massa crítica e, portanto, peso político.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício económico de 2003

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, João Soares, Acácio Gonçalves, António Ferreira e Francisco Surreira.

O deputado António Cascais disse que, pela análise do documento, verifica que a taxa de execução do Plano e Orçamento anda na casa dos 66%. Analisando a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e quando se quer referir à actividade do Governo, queixasse e diz que tudo corre mal, hoje já disse que houve um aumento de verba por parte da Administração Central o que demonstra que nem tudo anda mal no reino das laranjas. Da análise do documento verificou que a obra da biblioteca municipal tem uma execução financeira de 66% e uma execução física no mesmo valor. De acordo com o POCAL as duas execuções não devem coincidir e isso pode induzir a que deve haver uma verba oculta. No plano e orçamento existe um mapa com a relação de contratos de empreitada em que aparece um pagamento de valor superior ao contratado, mas na coluna de trabalhos suplementares não aparece qualquer verba. Disse que do ponto de vista do POCAL isso está errado porque não é isso que contempla, deu como exemplo a Escola de Paradela. Há outros que aparecem na mesma situação mas aparece na respectiva coluna a verba correspondente a trabalhos a mais. Sobre as transferências para as associações e no subsídio atribuído à associação “O Boi do Povo” aparece 3.100 Euros, mas na emissão de cheques aparecem dois cheques: um com a verba de 3.100 Euros, outro de 2.100 Euros. Disse que são estas divergências que denotam falta de rigor, que não condizem com o POCAL. Disse ainda que na receita aparece o saldo da gerência anterior com uma verba de 250 mil euros, como tendo transitado do ano anterior para este ano. Significa que houve uma receita que não foi prevista aquando da aprovação do Plano e Orçamento porque a sua aprovação foi feita em Novembro e ainda não estava o ano fechado. Em seu entender devia ter havido uma revisão ao Plano e Orçamento para que essa verba fosse inscrita. Contudo, há que dizer que houve uma evolução na gestão contabilista da Câmara, graças ao POCAL. Apesar de ter havido

alguns enganos, como, por exemplo, nos rendimentos dos EHATB e com a produção de energia eólica e nos rendimentos da EDP em que as previsões foram muito acima do realizado, considerou ser positivo que o concelho possua receitas próprias para ter alguma autonomia. Disse ainda que houve um aumento substancial nas taxas, mas espera que não haja aumento das multas porque os barrosões são cumpridores. Finalmente, disse que houve um aumento nas despesas correntes, mas também houve um aumento das receitas correntes. É sinal que a Senhor Ministra não cortou tanto como apregoaram.

O deputado João Soares disse que nesta Conta de Gerência de 2003 aprez registar um volume de obra elevado e, comparativamente a outros concelhos, Montalegre está muito acima. Há muita obra a andar com grande dinâmica e há uma delas para a qual deve haver orgulho e sensatez por parte de todos que é o Parque de Exposições, e, com a integração de Montalegre na Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, Montalegre irá ser palco de muitas iniciativas culturais. Todos nos devemos orgulhar e fazer justiça a esta obra e devemos debruçar-nos sobre aquilo que ela nos poderá trazer. Lembrou a Expo 98 e a construção dos estádios que, na altura, causaram muita polémica e agora toda a gente se verga porque constituíram e constituem uma mais valia para o país.

O deputado Acácio Gonçalves disse a Conta de Gerência não condiz com aquilo que está estipulado. O Senhor Presidente da Câmara focou muitas obras que foram feitas, mas poderia focar muitas que não foram realizadas. Na aldeia de Minas de Beça é necessária a colocação de tapete, assim como na estrada Rebordelo Alto Fontão e na estrada do Barracão. Congratulou-se com o facto de a dívida, em 2003, ter diminuído significativamente. Apesar disso, há outros gastos que considera exagerados como, por exemplo, as verbas gastas em feiras, embora as pessoas gostem. Referiu que a Feira do Cabrito este ano já teve mais brilho. Finalmente, disse que o POCAL tem que ser seguido com rigor e se a Câmara não tem técnicos à altura que se entregue aos privados.

O deputado António Ferreira disse que dava a impressão que o documento iria ser votado por unanimidade, não fossem levantadas algumas questões por alguns membros. O documento está bem elaborado e tem qualidade. Pensou que o plano de actividades seria um documento técnico e político e que este seria um instrumento técnico. Algumas pessoas misturaram as coisas e por isso já disseram que este documento era político e técnico. Referindo-se à actividade do Governo, disse que o Banco de Portugal informou que se não fossem as vendas extraordinárias, o défice seria de 5,3%.

O deputado Francisco Surreira, sobre as transferências para as associações, disse que se encontram determinadas verbas que gostaria que lhe fossem explicadas como, por exemplo, 3.500 Euros para a associação “O Boi do Povo”, já que é uma associação sem fins lucrativos, e neste momento, é a associação que mais lucros tem. Já a verba atribuída à associação “O Jogo do Pau”, considera-a irrisória porque não tem outras receitas. O Centro Paroquial de Cabril, Vilar de Perdizes e Vila da Ponte têm razão para reclamar mais. Gostaria de saber ainda qual a razão da verba atribuída ao Automóvel Clube de Vila Real.

Findas as intervenções, inscreveram-se para uma segunda intervenção os deputados António Cascais e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que se tinha induzido na Assembleia que veio mentir, o que não é verdade. Disse que o Governador do Banco de Portugal tem vindo a dizer que se as condições orçamentais tivessem sido outras em 1999 – 2000, que foram os anos de expansão, o ano de recessão teria tido uma melhor aportagem. Referiu ainda, que no jornal Público, em que o Governador do Banco de Portugal disse que para haver consolidação orçamental tem que continuar a haver a política de rigor seguida até aqui. Sobre o défice, disse que não contesta o valor dos 5,3%, mas que o Governo tentou combatê-lo e não foi o governo que retirou a cláusula de penalização a Portugal, foi sim a Comissão Europeia depois de ter reconhecido o esforço do país.

O deputado António Ferreira disse que o documento que apresentou foi publicado pelo Banco de Portugal e se foi alguém que mentiu não foram os Socialistas. O Governo já disse que vai aumentar os salários e o Governador do Banco de Portugal disse que isso não era possível. Disse ainda que não chamou mentiroso ao deputado António Cascais porque é educado e nunca o faria.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se cumpriu aquilo que se prometeu e houve uma execução física de cerca de 90%. Existem muitas obras no plano que estão feitas e estão pagas. Não houve verbas extraordinárias da administração central para a Câmara. O FEF não aumentou, não houve transferência adicional, o que houve foi um bom aproveitamento dos fundos comunitários. Sobre a análise técnica dos documentos, admitiu que haja algumas incorrecções, mas isso não põe em causa a sua transparência. Disse que o saldo da conta anterior pode ser utilizado, pois é entendimento técnico, embora tenha informação de que algumas Câmaras fazem de outra forma. De qualquer maneira as nossas contas são vistas pela DGAL e pelo Tribunal de Contas e foram sempre visadas. Sobre a obra da biblioteca, disse que foi realizada e já está paga mas o projecto prevê mobiliário e informática que ainda não está instalado. Sobre as verbas atribuídas às associações, referiu que estas são definidas no início de cada ano e pagas durante o ano. A transferência para a associação “O Boi do Povo” é considerada um apoio à tradição e à cultura. São atribuídos esses subsídios, mas, para além disso, há outros trabalhos que a associação presta à Câmara e que são pagos à parte, como é o caso da realização das chegadas em alturas festivas. Disse que a associação “O Jogo do Pau” nunca se queixou que estava a receber pouco. Esclareceu que o Automóvel Clube de Vila Real realiza as provas de Rally Cross e os Bombeiros e o Clube de Montalegre fazem a exploração das bilheteiras e dos bares. Informou que não houve aumento nas taxas do lixo, o que aconteceu é que a Câmara passou a receber essa tarifa de mais gente. Referiu ainda que a responsabilidade da elaboração do documento em análise é do Presidente da Câmara e não da falta de técnicos. Referiu que podia dormir descansado e deixar cheques assinados, porque tem plena confiança nos funcionários e nos técnicos com quem trabalha. Sobre a dívida, disse que diminuiu, mas vai aumentar novamente e a oposição fez um alarido sem fundamento porque a dívida era grande e agora já não é. Nas feiras gasta-se muito dinheiro, é verdade, e às vezes mais do que aquilo que se prevê, mas a promoção tem que ser feita para que os turistas procurem o concelho de Montalegre. Esclareceu que a Feira da Vitela é mais cara pois tem que ver com o aluguer das instalações porque as carpas são muito caras. Falou-se uma vez mais em política nacional e houve por parte da oposição, que agora é poder, críticas muito radicais. Quando chegaram ao Governo mudaram as regras para agravarem o défice e deixarem ficar mal o Governo anterior perante a União Europeia. Disse que as

dificuldades são impostas aos mais desfavorecidos e que há gestores que foram aumentados e outros trabalhadores, que ganham bem menos, não são aumentados.

Inscreeveu-se para esclarecimentos o deputado António Cascais disse que na relação de contratos, nos contratos nº 4/, nº 7/2, nº 11/2 etc. aparece o pagamento na gerência anterior superior ao contratado e na devida coluna não aparece o valor de trabalhos a mais enquanto que noutros aparecem. Disse que não critica a despesa feita mas sim a falta de rigor demonstrada. Em relação à dívida disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha interpretado mal as palavras dele e sobre isso disse que no saldo da gerência anterior, todo o aumento da despesa da lugar à revisão do orçamento o que no ano de 2003 não aconteceu.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que o contrato nº4, a que se tinha referido o deputado António Cascais, é referente à obra dos muros da Igreja Nova que há os trabalhos a mais e despesas de pagamento do terreno. E que seria dada uma informação mais completa sobre os assuntos focados dos contratos.

Deliberação: A apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – mapas de prestação de contas e relatório de gestão relativo ao exercício económico de 2003 foi aprovada por maioria com 14 votos contra.

O deputado António Cascais apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Declaração de Voto:

A razão do nosso voto contra a aprovação da: “Conta de Gerência” do ano 2003 prende-se com aspectos técnicos de ausência de rigor, como:

- no mapa dos pagamentos na gerência do ano relativos a contratos de empreitada, aparecem vários valores pagos superiores ao valor contratado;
- na relação subsídios a associações aparece uma transferência para “O Boi do Povo”, de 3.100 Euros, e na relação de cheques a aguardar o respectivo débito aparece mais um pagamento de 2.100 Euros;
- algumas obras já realizadas aparecem com execução física muito abaixo dos 100%, como é o caso da biblioteca;
- o saldo da gerência anterior de cerca de 258.000 deveria entrar na despesa após uma revisão orçamental, que não se realizou pelo que existe uma ilegalidade à luz do POCAL, ponto 8.3.1.4.

30.04.2004, assina António Cascais”

4. Proposta de fixação, para o ano de 2004, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b), do nº 2, do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário